

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Bianca Stefany Gonçalves da .

Uma análise dos conceitos de afroperspectiva e afrocentricidade e de suas possíveis contribuições para o ensino de filosofia / Bianca Stefany Gonçalves da Silva. - Recife, 2024.

22 p.

Orientador(a): Rogério Fabianne Saucedo Corrêa

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Filosofia - Licenciatura, 2024.

1. Afroperspectiva. 2. Afrocentricidade. 3. Ensino. 4. Filosofia. I. Corrêa, Rogério Fabianne Saucedo . (Orientação). II. Título.

100 CDD (22.ed.)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

BIANCA STEFANY GONÇALVES DA SILVA

UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE AFRO-PERSPECTIVA E
AFROCENTRICIDADE E DE SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE FILOSOFIA

Recife
2024

BIANCA STEFANY GONÇALVES DA SILVA

UMA ANÁLISE DOS CONCEITOS DE AFROPERSPECTIVA E
AFROCENTRICIDADE E DE SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA O
ENSINO DE FILOSOFIA

TCC apresentado ao Curso de filosofia da
Universidade Federal de Pernambuco, Centro
Acadêmico do Recife, como requisito para a
obtenção do título de licenciatura em filosofia.

Orientador: Rogério Fabianne Saucedo Correa

Recife
2024

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. LUGAR DE FALA	5
3. ANÁLISE E RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS DE AFRO-PERSPECTIVA E AFROCENTRICIDADE	7
3.1 SER MARGINAL NA PRÓPRIA HISTÓRIA11
4. POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA AFRO-PERSPECTIVA E AFROCENTRICIDADE PARA O ENSINO DE FILOSOFIA ANTIRRACISTA..	14
5. CONCLUSÃO	19
REFERÊNCIAS	

RESUMO

O presente artigo busca fazer uma análise dos conceitos de afropectiva e afrocentricidade e suas possíveis contribuições para o ensino de filosofia. Através de uma revisão da literatura, o artigo examina como o conceito de "lugar de fala" se relaciona com as perspectivas da afroperspectiva e afrocentricidade, especialmente em seu impacto no ensino de filosofia antirracista. Essas perspectivas confrontam a marginalização histórica e presente das pessoas de ascendência africana, desafiando estereótipos e preconceitos. Ao reconhecer e valorizar essas contribuições, o ensino de filosofia pode ser enriquecido, promovendo uma compreensão mais completa da experiência humana e confrontando as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e exclusão. O artigo destaca os desafios e oportunidades associados à adoção dessas abordagens, bem como suas implicações no ensino de filosofia.

Palavras-chave: afroperspectiva, afrocentricidade, ensino de filosofia, lugar de fala, Filosofia antirracista.

ABSTRACT

The present article seeks to analyze the concepts of Afroperspective and Afrocentricity and their potential contributions to the teaching of philosophy. Through a literature review, the article examines how the concept of "speaking from a place" relates to the perspectives of Afroperspective and Afrocentricity, especially in their impact on anti-racist philosophy teaching. These perspectives confront the historical and present marginalization of people of African descent, challenging stereotypes and prejudices. By recognizing and valuing these contributions, the teaching of philosophy can be enriched, promoting a more comprehensive understanding of the human experience and confronting the power structures that perpetuate marginalization and exclusion. The article highlights the challenges and opportunities associated with adopting these approaches, as well as their implications for the teaching of philosophy.

Keywords: Afroperspective, Afrocentricity, Philosophy teaching, lugar de fala, Anti-racist philosophy.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de "lugar de fala" tem sido central nas discussões contemporâneas sobre representação e poder, especialmente dentro do contexto das lutas antirracistas e de justiça social. Este conceito reconhece que a subjugação de um povo influencia na sua participação em espaços sociais, diálogos e debates. Nesse sentido, para muitos grupos marginalizados, o desafio de ser ouvido e reconhecido em suas próprias histórias é uma batalha contínua. Em meio a essas discussões, surgem outras perspectivas cruciais, como a afroperspectiva e a afrocentricidade, que exploram as experiências, conhecimentos e contribuições da diáspora africana para a filosofia e a sociedade em geral.

A análise e a relação entre os conceitos de afroperspectiva e afrocentricidade destacam a importância de reconhecer a marginalização histórica e presente das pessoas de ascendência africana em muitas narrativas filosóficas e históricas. Em muitos casos, essas perspectivas são omitidas ou distorcidas, perpetuando assim estereótipos e preconceitos. Ser marginalizado na própria história é uma experiência comum para muitos afrodescendentes, que enfrentam uma longa história de opressão.

No entanto, a afroperspectiva e a afrocentricidade oferecem uma oportunidade de reconhecer e valorizar as contribuições significativas da diáspora africana para a filosofia e outras áreas do conhecimento. Ao trazer à tona as vozes e perspectivas negligenciadas, essas abordagens podem enriquecer e diversificar o ensino de filosofia, promovendo uma compreensão mais completa e precisa da história e da experiência humanas.

No contexto do ensino de filosofia, as contribuições da afroperspectiva e da afrocentricidade são particularmente relevantes para promover uma abordagem antirracista e inclusiva. Reconhecer as omissões e distorções históricas é o primeiro passo para criar um currículo que reflita a diversidade e a complexidade da experiência humana. Isso requer um compromisso na incorporação de uma ampla gama de perspectivas filosóficas.

Este artigo visa analisar os conceitos de afroperspectiva e da afrocentricidade e suas possíveis contribuições para o ensino de filosofia antirracista. Analisaremos os desafios e oportunidades associados à implementação dessas abordagens, bem

como as implicações mais amplas para a educação e a sociedade em geral. Ao reconhecer e valorizar o lugar de fala das comunidades afrodescendentes.

2 O LUGAR DE FALA

Discutir filosofia olhando pelas lentes da afroperspectiva e afrocentricidade começa pela reflexão do lugar de fala, um ponto crucial que desafia as estruturas tradicionais de pensamento e questiona as hierarquias estabelecidas. Segundo Djamila Ribeiro (2017 p. 67), no livro "O que é lugar de fala", o estudo sobre o lugar de fala é um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade. Isso diz respeito a como a hierarquia social interfere nas vivências de um grupo.

Desse modo, falar sobre o lugar de fala é uma maneira de entender como as pessoas são silenciadas por causa das estruturas de poder existentes. É uma conversa sobre quem tem permissão de falar e quem é ignorado. E isso, vai além de só dar voz para as pessoas. É sobre entender como as desigualdades sociais afetam a vida de todo mundo, especialmente de quem já é marginalizado. É uma reflexão profunda sobre quem tem o controle da verdade, quem decide como as coisas são discutidas e quem molda as histórias que a gente ouve.

Nesse sentido, a noção de lugar de fala transcende a mera questão da expressão individual e alcança as raízes mais profundas da desigualdade e da injustiça social. Ela nos leva a questionar quem tem o poder de definir a verdade, de ditar os termos do debate e de moldar a narrativa dominante. Nos sistemas de opressão, as vozes dos grupos marginalizados são frequentemente silenciadas, distorcidas ou desacreditadas, perpetuando assim um ciclo de invisibilidade. De acordo com Djamila Ribeiro (2017 p. 64):

não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.

Quando aplicamos essa análise do lugar de fala ao campo da filosofia, percebemos que as tradições filosóficas dominantes muitas vezes refletem e reforçam as estruturas de poder existentes, marginalizando as perspectivas não ocidentais e não hegemônicas. A história da filosofia ocidental é frequentemente apresentada como uma narrativa linear, na qual os pensadores gregos são destacados como os fundadores da disciplina, enquanto as contribuições de filósofos africanos, afrodescendentes e de outras regiões são sistematicamente subestimadas ou ignoradas.

Um exemplo dessa dominação intelectual é a investigação feita pelo antropólogo, historiador e físico Cheikh Anta Diop que ao longo de sua carreira como cientista se dedicou a estudar a reavaliação e reconstrução do passado africano, mais especificamente a procura de evidências de uma origem africana na civilização egípcia, isso ocorreu porque Diop percebe que havia uma tentativa de embranquecer a civilização egípcia, que segundo Charles Finch III (2021) vem da ideia difundida, após 1830, de que, embora o Egito se situe na África ele não pertencia à África e que o Egito teria sido criado por uma raça invasora não africana originária da Ásia. Diop inicialmente, em 1954, teve sua tese de doutorado sobre o tema rejeitada, mas conseguiu publicar como livro, e só em 1960 conseguiu que sua tese fosse aprovada. O que evidenciou uma resistência da comunidade acadêmica em aceitar que uma civilização grandiosa detentora de grandes saberes pertence ao continente africano, demonstrando assim, as profundas raízes do preconceito e da discriminação racial e uma persistente tendência de desvalorização e subestimação das contribuições africanas para a história da humanidade.

A persistência dessa tendência de desvalorização e subestimação das contribuições africanas, acaba sendo um reflexo das estruturas de poder e das hierarquias sociais que permeiam não apenas o campo da filosofia, mas também diversas áreas do conhecimento e da sociedade em geral. A narrativa eurocêntrica, que muitas vezes é apresentada como universal e objetiva, na verdade reflete e reforça os interesses e as perspectivas dos grupos dominantes, marginalizando as vozes e as experiências daqueles que não se encaixam nesse paradigma, Djamila Ribeiro (2017 p. 24) ao citar a filósofa Lélia Gonzalez diz:

A pensadora e feminista negra Lélia Gonzalez nos dá uma perspectiva muito interessante sobre esse tema, porque criticava a hierarquização de saberes como produto da classificação racial da população. Ou seja,

reconhecendo a equação: quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento.

Djamila expõe que Lélia Gonzalez nos convida a refletir sobre a interseção entre hierarquia social e hierarquia de saberes. Ela nos mostra como a classificação racial da população influencia a forma como o conhecimento é valorizado e legitimado na sociedade. A hierarquização de saberes, como resultado dessa classificação, confere ao conhecimento eurocêntrico uma posição de superioridade, marginalizando e desvalorizando outras formas de conhecimento e de compreensão do mundo. Assim, ao examinarmos a história da filosofia e as tradições filosóficas dominantes, é essencial questionarmos as narrativas que privilegiam o pensamento ocidental em detrimento de outras perspectivas. A obra de Cheikh Anta Diop, por exemplo, representa uma tentativa significativa de desafiar essa dominação intelectual e de reivindicar o lugar legítimo da África na história da filosofia e do conhecimento humano.

No entanto, para que esse processo de reconstrução do conhecimento seja realmente eficaz, é fundamental lembrar que estamos lidando com pessoas e com suas histórias. Reconhecer as valiosas contribuições filosóficas das comunidades africanas e afrodescendentes vai além de simplesmente citar nomes ou ideias. Envolve dar voz e espaço para que essas narrativas sejam compartilhadas. É como se estivéssemos construindo uma grande mesa de conversas, onde cada pessoa é convidada a trazer suas experiências, suas histórias e suas reflexões. Mas para que essa mesa seja verdadeiramente inclusiva, precisamos derrubar as barreiras que limitam o acesso e a participação de alguns, e garantir que todos se sintam bem-vindos e respeitados.

3 ANÁLISE E RELAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS DE AFROPERSPECTIVA E AFROCENTRICIDADE

Em termos cronológicos o conceito de afrocentricidade nasce primeiro que o de afroperspectiva, O termo "afrocentricidade" tem suas raízes no movimento

intelectual afro-americano do final do século XX, que buscava reivindicar a centralidade da experiência africana na história e na cultura mundial. A expressão foi popularizada pelo filósofo afro-americano Molefi Kete Asante em seu livro "Afrocentricidade" publicado em 1980. Desse modo, a afrocentricidade surgiu como uma resposta à predominância do eurocentrismo nas narrativas históricas e culturais, que tendiam a minimizar ou ignorar as contribuições das civilizações africanas para o desenvolvimento da humanidade.

Segundo Asante (2019, p. 137) Afrocentricidade é uma estrutura de referência na qual os fenômenos são vistos da perspectiva da pessoa africana. A abordagem afrocêntrica busca em toda situação a centralidade apropriada dos africanos. Desse modo, a teoria afrocêntrica tem como objetivo corrigir a marginalização do africano dentro do contexto eurocêntrico.

A afrocentricidade surgiu como uma resposta à predominância do eurocentrismo nas narrativas históricas. Dessa forma, a teoria acusa que boa parte do que estudamos sobre a África é apresentada do ponto de vista dos interesses europeus, relegando a perspectiva africana a uma posição marginalizada e distorcida. Diz Asante (2009, p. 94):

A afrocentricidade emergiu como um processo de conscientização política de um povo que existia à margem da educação, da arte, da ciência, da economia, da comunicação e da tecnologia tal como definidas pelos eurocêntricos. Se bem sucedido, o processo de recentralizar esse povo criaria uma nova realidade e abriria um novo capítulo na libertação da mente dos africanos

tendo como principal intuito a realocação do sujeito africano dentro do seu próprio contexto cultural e histórico. A afrocentricidade busca não apenas corrigir distorções históricas, mas também construir uma base sólida para a identidade dos africanos. Ela aspira não só a recontar a história, mas a redefinir o próprio paradigma de conhecimento e poder, promovendo uma visão mais equitativa e inclusiva do mundo. Segundo Asante (2009, p. 108):

o afrocentrista sustenta que a cultura européia deve ser vista como estando ao lado, e não acima, das outras culturas da sociedade. A liga que mantém unida a sociedade não pode ser a aceitação forçada da hegemonia, mas antes a aceitação discutida de valores, ícones, símbolos e instituições similares que têm sido empregados no melhor interesse de todas as pessoas

Essa perspectiva desafia a ideia de que a cultura europeia é superior e que deve servir como padrão universal. Em vez disso, propõe uma visão mais pluralista e inclusiva, onde as contribuições de todas as culturas são reconhecidas e valorizadas igualmente. A afrocentricidade não busca simplesmente inverter o poder eurocêntrico, mas sim dismantlar as estruturas de dominação que perpetuam a marginalização e a desigualdade. Ela visa criar um espaço onde diferentes culturas possam coexistir em um diálogo igualitário, reconhecendo e celebrando suas diferenças.

Além disso, a afrocentricidade não se restringe apenas ao âmbito acadêmico; é também uma ferramenta para a transformação social e política. Ao reafirmar a dignidade e o valor da experiência africana, ela inspira a ação coletiva e a luta por justiça e igualdade em todas as esferas da vida. Pois a afrocentricidade serve como um catalisador para a conscientização e a mobilização de comunidades marginalizadas, capacitando-as a reivindicar seus direitos e a desafiar as estruturas de poder opressivas. Por meio da valorização de sua herança cultural, a afrocentricidade fortalece os laços comunitários e encoraja a resistência contra a injustiça e a discriminação.

Já o conceito de afroperspectiva ou afroperspectividade, tem sua origem através da junção de três referências conceituais: o quilombismo, a afrocentricidade e o perspectivismo ameríndio. Enquanto a afrocentricidade busca recentralizar a perspectiva africana na história e na cultura, a afroperspectiva vai além ampliando a compreensão das relações entre as culturas africanas e outras experiências de resistência e cosmologias. Conforme aponta Nogueira afroperspectividade é:

Uma abordagem filosófica que tem como referências a afrocentricidade, o quilombismo e o perspectivismo ameríndio. O artigo intitulado Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas deu-nos as primeiras pistas de formulação dessa abordagem. O ponto de partida foi uma série de questões colocadas a partir da hipótese de que a Grécia é o berço da filosofia (Nogueira; Duarte; Ribeiro, 2019, p. 437).

As raízes da afroperspectividade estão profundamente entrelaçadas com a busca por uma compreensão mais ampla e inclusiva da história da filosofia e do conhecimento humano. Partindo da hipótese de que a Grécia é frequentemente considerada o berço da filosofia ocidental, a afroperspectividade desafia essa narrativa eurocêntrica ao destacar as contribuições significativas das culturas

africanas e ameríndias para o desenvolvimento do pensamento filosófico. Segundo Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019, p. 437):

A afroperspectividade nasceu da obsessão de se entender a origem da filosofia. Num exercício de investigação historiográfica, nossas incursões encontraram versões em dissenso que não tinham um ponto de partida comum. Em geral, quando o assunto era o desacordo sobre a origem da filosofia, encontrávamos algo como o milagre grego versus condições históricas e culturais de emergência, ou ainda variações dessa versão. Em todos os casos, a “nacionalidade” grega da filosofia já estava dada como certa. A esse respeito não se colocava desconfiança alguma. Primeiro porque a palavra “filosofia”, sendo grega, implicaria a não existência de uma atividade antes de ser nominada. Em nossas interrogações afroperspectivistas, cabem as questões: será que não existiam palavras para “filosofia” em outras culturas? Uma palavra inaugura uma atividade? A atividade é nomeada antes ou depois de existir? Somos surdos e cegos para ouvirmos e enxergarmos o que está fora da nossa cultura? Esta cegueira se dá por conta de nosso etnocentrismo?

A afroperspectividade, portanto, surge como uma resposta a essas questões provocativas, desafiando as narrativas dominantes e eurocêntricas sobre a história da filosofia. Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019) levantam pontos cruciais ao questionar a suposição de que a filosofia só pode existir dentro dos limites da cultura grega, e ao mesmo tempo destacam a importância de reconhecer e valorizar os conhecimentos filosóficos desenvolvidos em outras culturas.

A abordagem afroperspectivista não apenas questiona a exclusividade da tradição filosófica grega, mas também desafia o etnocentrismo inerente a essa perspectiva. Ao reconhecer as limitações do ponto de vista eurocêntrico, busca ampliar os horizontes do pensamento filosófico, incorporando múltiplas vozes e experiências culturais.

Conforme observado por Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019, p. 437). A afroperspectividade não postula algo inédito. Não se trata de abandonarmos a tradição filosófica ocidental, mas, de retomá-la criticamente e considerar outras escolas como fundamentais para um franco, profundo e fértil debate filosófico.

Essa abordagem, ao questionar as premissas eurocêntricas da história da filosofia, promove uma análise mais holística e inclusiva das tradições intelectuais e culturais. Ela reconhece que a filosofia não é um monopólio de uma única tradição cultural, mas sim uma atividade humana que floresceu em diversas sociedades ao longo da história. A partir desse reconhecimento, a afroperspectividade busca

descolonizar o pensamento filosófico, descentralizando a narrativa e abrindo espaço para a pluralidade de perspectivas.

Em síntese, os conceitos afrocentricidade e afroperspectiva marca uma jornada intelectual significativa na busca por uma compreensão mais abrangente e justa da história, da cultura e do conhecimento humano. A afrocentricidade, ao reivindicar a centralidade da experiência africana e desafiar o eurocentrismo, estabeleceu as bases para uma reconstrução crítica das narrativas dominantes. No entanto, a afroperspectiva vai além ao incorporar uma gama mais ampla de referências, incluindo o quilombismo e o perspectivismo ameríndio, ampliando os horizontes do pensamento filosófico e desafiando os pressupostos eurocêntricos sobre a origem e a natureza da filosofia.

Dessa forma, ambas as abordagens oferecem perspectivas valiosas para a construção de um diálogo mais inclusivo e equitativo, reconhecendo e celebrando a diversidade das tradições culturais e intelectuais que enriquecem a experiência humana. Nesse sentido, a afrocentricidade e a afroperspectiva não apenas questionam as estruturas de poder e dominação, mas também nos convidam a imaginar novas formas de pensar, agir e ser no mundo.

3.1 SER MARGINAL NA PRÓPRIA HISTÓRIA

A afroperspectiva e afrocentricidade, como correntes teóricas, rejeitam a marginalização da história africana e afrodescendente. A história do pensamento filosófico tradicionalmente minimizou a contribuição africana para a filosofia e a cultura global, perpetuando assim o racismo epistêmico. Neste contexto, essas teorias buscam desafiar e subverter essa marginalização, reconhecendo o papel central da África e da diáspora africana na construção do conhecimento humano.

Ao longo da história da humanidade, as narrativas hegemônicas frequentemente se moldaram conforme os interesses e perspectivas dos dominadores, relegando as vozes e contribuições dos povos não-europeus a uma posição de subalternidade. O conceito de epistemicídio emergiu como um poderoso aliado para descrever não apenas a dominação física e territorial desenvolvidas pelos europeus sobre os povos colonizados, mas também a

supressão sistemática de suas expressões estéticas, éticas, intelectuais e espirituais. Para Sousa Santos:

o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais). (Santos, 1995, p. 328).

Durante séculos, os europeus empreenderam uma empreitada incansável para impor sua visão de mundo como universal e superior, invisibilizando e desqualificando os conhecimentos e saberes produzidos por culturas não-europeias. Esses processos de colonização da informação e do conhecimento estabeleceram relações de poder desiguais, nas quais os povos africanos e seus descendentes foram sistematicamente desvalorizados e despojados de sua autonomia epistêmica. Conforme observa Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019, p. 440):

O epistemicídio perpetrou uma desqualificação estética, ética, intelectual e espiritual de todos os povos não-europeus. Afinal, além do domínio e colonização dos corpos e das terras, os europeus se esforçaram por efetivar o domínio e a colonização da informação e do conhecimento. Todos esses processos estabeleceram relações assimétricas que favoreceram a discriminação negativa e a desqualificação das produções intelectuais dos povos africanos e de seus descendentes. Foram sucessivos ataques que criaram essa perspectiva de ausência de filosofia fora da Europa.

Nogueira lança luz sobre essa dinâmica, evidenciando como o epistemicídio foi um instrumento fundamental para a perpetuação do colonialismo e da opressão. Por meio de sucessivos ataques, às produções intelectuais africanas e afrodescendentes foram desacreditadas e marginalizadas, criando-se a falaciosa perspectiva de que a filosofia e o conhecimento verdadeiramente significativos só poderiam emergir do contexto europeu.

Essa desqualificação sistemática das produções intelectuais e culturais dos povos não-europeus, perpetrada pelo epistemicídio, não apenas invisibilizou a diversidade e a riqueza do conhecimento humano, mas também serviu como uma

ferramenta de legitimação e perpetuação do poder colonial. Ao desacreditar as expressões estéticas, éticas, intelectuais e espirituais das culturas africanas e afrodescendentes, os colonizadores europeus impuseram uma narrativa de superioridade cultural e intelectual que justificava sua dominação e exploração.

Ao negar a existência e a validade de formas de conhecimento não eurocêntricas, o epistemicídio perpetuou a hegemonia cultural e epistêmica do Ocidente, reforçando a ideia de que apenas os saberes europeus eram legítimos e dignos de reconhecimento. Um exemplo dessa dominação é a invisibilidade imposta ao conhecimento kemético, Diz Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019, p. 442):

Não vamos apontar em que momento preciso o conhecimento filosófico kemético foi “marginalizado” e “esquecido”. Estima-se como fato relevante a queima da biblioteca de Alexandria por volta do século VI, em cuja destruição, as produções científicas e filosóficas do Kemet, durante o período entre a Idade Média e a Renascença, passaram por um processo de invisibilização através do qual ficaram à margem da dita História Universal da Humanidade. Mas o problema envolve inevitavelmente o racismo em sua dimensão epistêmica e a injustiça cognitiva advinda do projeto de colonização perpetrado pela Europa, responsáveis pela tentativa de apagar sistematicamente a produção intelectual africana e em outros continentes.

Esse exemplo ilustra vividamente como o conhecimento kemético, uma tradição filosófica rica e profunda, foi deliberadamente suprimido e marginalizado ao longo da história, como parte de um projeto mais amplo de epistemicídio. A tentativa de apagar sistematicamente a produção intelectual africana e de outros continentes está intrinsecamente ligada ao racismo em sua dimensão epistêmica e à injustiça cognitiva inerente ao projeto de colonização desenvolvido pela Europa. Ao negar o valor e a relevância do conhecimento kemético e de outras tradições filosóficas não europeias, os colonizadores europeus procuraram reforçar a narrativa de superioridade cultural e intelectual do Ocidente, legitimando assim sua dominação sobre os povos colonizados.

a conscientização sobre o epistemicídio e suas ramificações coloca em evidência a necessidade de uma transformação nos sistemas educacionais. É crucial não apenas reconhecer o legado de opressão e marginalização, mas também tomar medidas concretas para corrigir as injustiças históricas e promover a equidade epistêmica. Isso envolve a revisão dos currículos escolares, a inclusão de perspectivas diversas e a promoção de espaços de diálogo e colaboração

intercultural, onde diferentes tradições filosóficas e epistemológicas possam ser valorizadas.

Em última análise, a luta contra o epistemicídio e a marginalização das perspectivas não europeias é inseparável da luta mais ampla pela justiça social e pela emancipação dos povos historicamente oprimidos. Rejeitar o domínio exclusivo do conhecimento eurocêntrico é um passo crucial para construir um mundo mais justo e inclusivo, onde todas as vozes e experiências sejam verdadeiramente reconhecidas e valorizadas. Essa jornada requer um compromisso contínuo com a descolonização do pensamento e a construção de novas formas de conhecimento que incorporem as diversas tradições e sabedorias do mundo, e que podem ser pensadas através da teoria afrocêntrica e afroperspectivista.

4 POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA AFROSPERSPECTIVA E AFROCENTRICIDADE PARA O ENSINO DE FILOSOFIA ANTIRRACISTA

A sociedade brasileira apresenta uma rica diversidade étnico-racial, resultado de uma história marcada por processos de colonização e escravidão. No entanto, essa diversidade não é adequadamente representada nas instituições responsáveis pela construção e disseminação do conhecimento. Segundo (Asante, 2019, p. 136) Escolas são reflexos da sociedade que as desenvolve (isto é, uma sociedade dominada pelo supremacismo branco desenvolverá um sistema educacional baseado na supremacia branca). Essa afirmação deixa clara a interconexão entre estruturas sociais e educacionais, evidenciando como a hegemonia e o racismo estrutural se manifestam no contexto escolar.

No que se refere ao ensino de filosofia, no Brasil, a BNCC como documento norteador para prática aponta para algumas possibilidades mas também demonstra uma necessidade de mais clareza e efetivação. O documento possui um certo potencial para discutir relações étnicas raciais na área de ciências humanas e sociais aplicadas. entretanto, demonstra uma falta de obrigatoriedade e coloca a responsabilidade em discutir essa questão em cima dos currículos escolares

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de

temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (Brasil, 2018, p. 19)

Desse modo, se o ensino de filosofia imerso nessa educação eurocêntrica, negligencia a diversidade étnico-racial e privilegia uma visão de mundo, ele estará reproduzindo uma dinâmica de exclusão e alienação, comprometendo a formação de uma consciência crítica e emancipatória entre os estudantes. A falta de representatividade nos currículos escolares não apenas prejudica os alunos afrodescendentes, privando-os de referências positivas e inspiradoras, mas também compromete a construção de uma sociedade mais justa. conforme observa Asante (2019, p. 137):

A pequena criança afroamericana que sentada na sala de aula é ensinada a aceitar como heróis e heroínas indivíduos que difamam os povos africanos é ativamente des-centrada, deslocada e transformada em uma não pessoa, alguém cujo objetivo na vida pode ser um dia tirar aquele “crachá de inferioridade” da sua negritude.

Assante coloca em questão a falta reconhecimento da criança afroamericana em relação ao conteúdos repassado por uma escola de matriz curricular eurocêntrica. Segundo o conceito de centricidade utilizado por ele nessa discussão, Asante (2019, p. 137) centricidade refere-se a perspectiva que envolve localizar os estudantes no contexto de suas próprias referências culturais para que eles possam relacionar-se social e psicologicamente como outras perspectivas culturais. Os estudantes brancos estão sempre centrados no conteúdos repassados em aula enquanto o estudante negro estão descentrando em relação a esses conteúdos e desse modo o ideal seria que houvesse uma educação cêntrica, Asante (2019, p. 137) isto é, uma educação que verá a contribuição de todos os grupos como significativas e valorosas. Mesmo uma pessoa branca educada neste sistema não assumirá superioridade baseada em noções racistas.

Sendo assim, Fica evidente que os currículos escolares Brasileiros precisam ser revistos e atualizados para incluir uma variedade de perspectivas filosóficas, que representem a diversidade de pensamento e promovam uma compreensão mais ampla e crítica do mundo. Uma abertura para esse caminho é o respaldo legal através Lei 10.639 que entrou vigor em 2003 e alterou a Lei de Diretriz da Educação, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira na

grade curricular do ensino fundamental e médio, tendo como objetivo fomentar o conhecimento e o reconhecimento dos africanos em diáspora na formação cultural, social, econômica e histórica da sociedade brasileira.

além disso, se tem a Lei 11.645 de 10 março de 2008 torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e também é possível a utilização de algumas normativas presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A medida que o ensino de filosofia desempenha um papel crucial na formação de alunos críticos e reflexivos, capazes de compreender e questionar o mundo em que vivem. Em uma sociedade marcada por desigualdades raciais e discriminação sistemática, ele pode ser uma ferramenta poderosa para promover a emancipação e combater o racismo. Segundo a quinta competência da área de ciências humanas e sociais aplicadas da BNCC (Brasil, 2018, p. 558) Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos é fundamental para a formação dos estudantes do ensino médio. Desse modo, tanto a afroperspectiva quanto a afrocentricidade podem contribuir nessa questão.

Nesse sentido, a adoção da afroperspectiva e da afrocentricidade pode representar uma abordagem fundamental no ensino de filosofia com uma perspectiva antirracista. Ao incorporar essas correntes de pensamento, os educadores podem ampliar as narrativas filosóficas tradicionais para incluir a voz e a experiência dos afrodescendentes, desafiando assim as estruturas eurocêntricas que historicamente marginalizaram e silenciaram essas vozes. Conforme observado por Nogueira, Duarte e Ribeiro (2019, p. 449):

a demanda de conteúdos obrigatórios de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas em todas as disciplinas é razão necessária e suficiente para inclusão da filosofia afroperspectivista em sala de aula. O início é justamente demonstrar que a origem da filosofia não precisa ficar restrita a uma única versão.

Ademais, ao introduzir o Pensamento afroperspectivista e afrocentrista, os educadores promovem não apenas uma ampliação do repertório filosófico dos alunos, mas também estimulam uma visão mais inclusiva e diversificada do pensamento humano. Reconhecer a pluralidade de perspectivas filosóficas é fundamental para desconstruir narrativas hegemônicas e promover uma educação

mais democrática. Essa inclusão nas salas de aula não apenas enriquece o currículo, mas também contribui para a formação de alunos críticos e conscientes, capazes de compreender e questionar as estruturas de poder e os mecanismos de opressão presentes na sociedade. como observa Nogueira (2015):

Numa sociedade racista que apresenta dados alarmantes de violência urbana em que as principais vítimas são jovens negras e negros, filosofar pode ajudar a repensar o cenário político e social. Mas, insisto, eles devem estudar uma Filosofia que seja marginal e antidogmática. Uma Filosofia que pense o racismo, uma Filosofia que trate da violência, uma Filosofia que pense o Brasil, uma Filosofia enredada no nosso território cultural, uma Filosofia que está porvir e que, talvez, possa estar em semente no pluriverso filosófico afroperspectivista.

Nesse contexto, a filosofia afroperspectivista oferece uma lente crítica e reflexiva para analisar e desafiar as estruturas de poder e opressão que permeiam a sociedade brasileira. Ao explorar temas como racismo, violência e identidade cultural, os alunos são capacitados a desenvolver uma compreensão mais profunda das complexidades do mundo ao seu redor e a se engajar de forma ativa na promoção da justiça social e da igualdade. Além disso, a filosofia afroperspectivista e afrocentrista oferece uma oportunidade única de resgatar e valorizar os conhecimentos e tradições filosóficas dos povos africanos e afrodescendentes, que historicamente foram marginalizados e apagados da narrativa filosófica dominante.

Dessa forma, a afroperspectiva ao enfatiza a importância de se entender a filosofia a partir das experiências e perspectivas dos povos africanos e afrodescendentes. Ao trazer à tona essas tradições, os estudantes são expostos a uma gama diversificada de ideias e conceitos filosóficos, enriquecendo assim sua compreensão do pensamento humano. O que se encaixa perfeitamente nas normas da BNCC (BRASIL, 2018, p. 557)

a heterogeneidade de visões de mundo e a convivência com as diferenças favorecem o desenvolvimento da sensibilidade, da autocrítica e da criatividade, nas situações da vida, em geral, e nas produções escolares, em particular. Essa ampliação da visão de mundo dos estudantes resulta em ganhos éticos relacionados à autonomia das decisões e ao comprometimento com valores como liberdade, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade.

Assim, ao alinhar-se com as normas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa abordagem não apenas atende aos requisitos educacionais, mas

também contribui para a promoção da diversidade e da equidade, combatendo o racismo estrutural e promovendo a valorização da cultura afro-brasileira.

Já a afrocentricidade propõe uma reorientação do olhar para o centro da experiência africana e afrodescendente, questionando as narrativas dominantes que colocam a Europa como o ponto de referência central. Ao adotar uma perspectiva afrocentrada, os educadores podem assim desconstruir os discursos eurocêntricos que perpetuam estereótipos racistas e promovem a supremacia branca. Como explica Asante (2019, p. 137) na educação isto significa que os professores oferecem aos alunos a oportunidade de estudar o mundo e seus povos, conceitos e história do ponto de vista da visão de mundo africana.

Isso implica na valorização das contribuições culturais, científicas, filosóficas e artísticas das civilizações africanas e afrodescendentes, proporcionando uma visão mais completa e equilibrada da história da humanidade. Ao incorporar a afrocentricidade na educação, os currículos podem ser enriquecidos com uma gama diversificada de conhecimentos, incluindo a história dos impérios africanos, as realizações da diáspora africana e as contribuições dos afrodescendentes em diversas áreas do conhecimento. Como observa Asante (2019, p. 138)

Na configuração educacional afrocêntrica, porém, professores não marginalizam as crianças afro-americanas criando nelas problemas de autoestima porque a história do seu povo raramente é contada. Para verem a si mesmos como sujeitos e não como objetos da educação – seja a área de estudo de biologia, medicina, literatura ou estudos sociais – os alunos afro-americanos verão a si mesmos não apenas como aqueles que buscam conhecimentos, mas como participantes integrais na construção dele.

Além disso, a perspectiva afrocentrada na educação não se limita apenas à inclusão de conteúdos específicos, mas também envolve a promoção de uma pedagogia que seja sensível às experiências e realidades dos estudantes africanos e afrodescendentes. Isso significa criar ambientes de aprendizagem inclusivos, onde os alunos se sintam valorizados, e capazes de se identificar com o que estão estudando, possibilitando gerar um maior interesse dos alunos nas aulas. No entanto, o que ocorre segundo Nogueira é:

as instituições, por conta de um histórico longamente construído, reproduzem determinadas práticas de exclusão, muitas vezes sutis. Essas práticas que, embora sutis, contribuem para a perpetuação da exploração e exclusão produzidas pelo racismo na sociedade brasileira, por estarem nela diluídas, seriam capazes de influenciar de forma diversa as relações sociais

estabelecidas e, neste sentido, contribuir com a indiferença dos alunos em relação às aulas de filosofia, por exemplo (Nogueira; Duarte; Ribeiro, 2019, p. 446).

Essas práticas sutis de exclusão, enraizadas nas instituições educacionais, refletem a necessidade urgente de uma transformação estrutural. A implementação de políticas e práticas que reconheçam e valorizem a diversidade é fundamental para criar ambientes educacionais mais inclusivos e receptivos à pluralidade cultural e étnica. As abordagens afrocêntrica e afroperspectivista contribuem para uma análise crítica das estruturas de poder e privilégio que moldam as experiências educacionais dos alunos, e com a desconstrução de narrativas hegemônicas.

Dessa forma, ao promover o ensino da filosofia dessas abordagens, as escolas não apenas cumprem com as exigências legais de inclusão de conteúdos étnico-raciais, mas também oferecem uma educação mais plural, crítica e inclusiva que localiza o aluno em seu espaço psicológico e cultural. Além disso, as contribuições da afroperspectiva e da afrocentricidade para o ensino de filosofia são inestimáveis na medida em que nos convidam a repensar o cânone filosófico, a reconhecer a diversidade epistêmica e a promover a transformação social e a justiça racial em nossas comunidades educacionais.

5 CONCLUSÃO

infere-se, portanto que a análise dos conceitos de afroperspectiva e afrocentricidade revela a importância crucial de reconhecer e valorizar as perspectivas e contribuições das comunidades afrodescendentes para a filosofia e para a sociedade em geral. O lugar de fala emerge como um ponto central nesse debate, destacando como as estruturas de poder historicamente silenciaram e marginalizaram essas vozes.

A afrocentricidade e a afroperspectiva oferecem uma oportunidade única de desafiar as narrativas eurocênicas dominantes e recentralizar a experiência africana na história e na cultura. Ao fazê-lo, essas abordagens não apenas corrigem distorções históricas, mas também promovem uma visão mais equitativa e inclusiva do mundo.

No contexto do ensino de filosofia, a incorporação desses conceitos é fundamental para promover uma abordagem antirracista e inclusiva. Negligenciar a diversidade étnico-racial nos currículos escolares compromete a formação de uma consciência crítica e contribui para a reprodução de dinâmicas de exclusão e alienação.

Portanto, é crucial reconhecer e valorizar as contribuições das culturas africanas e afrodescendentes para a formação da identidade nacional e para a construção de uma sociedade mais equitativa. Isso exige um compromisso ativo com a revisão crítica dos currículos existentes e a incorporação de uma ampla gama de perspectivas filosóficas, bem como uma reflexão contínua sobre o lugar de fala e as estruturas de poder que perpetuam a marginalização e a exclusão

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi K.. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, E.L. (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 398 p. cap. 3, p. 93-110.

ASANTE, Molefi Kete. A ideia afrocêntrica em educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 31, p. 136-148, mai-out 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28261>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

FINCH III, Charles S. Cheikh Anta Diop confirmado. *In*: NASCIMENTO, E.L (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. 398 p. cap. 2, p. 71-90.

NOGUEIRA, Renato. Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza. [Entrevista concedida a] Tomaz Amorim Do Negro Belchior. **Geledés**, local Rio de Janeiro, 12 jul, 2015.

NOGUEIRA, Renato; DUARTE, Valter; RIBEIRO, Marcelo. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do

racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 434-451, 02 12 2019.

NOGUERA, Renato. **O Ensino De Filosofia E A Lei 10639**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015. 136 p.

RIBEIRO, Djamila. **O Que É Lugar De Fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais).

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.